

Entredito e não-dito: algumas considerações linguísticas e filosóficas relativas à teoria dos actos de linguagem

FERNANDO JOSÉ FRAGA DE AZEVEDO
(Universidade do Minho)

"(...) generally we prefer to speak loosely and leave a lot to inference. Language works more efficiently that way." (KENT BACH, 1994 : 267).

Se falar é agir (J. Austin, 1970), verifica-se, contudo, que esta acção linguística não tem lugar sempre de uma forma necessariamente explícita, linear ou transparente. De facto, obedecendo a um princípio de racionalização dos custos e de optimização das performances, constata-se que, em numerosos contextos, aquilo que se diz ("saying") não é necessariamente idêntico aquilo que se quer dizer/significar ("meaning"): grande parte daquilo que se comunica não é passível de verbalização em termos de um conteúdo proposicional ou referencial da mensagem, mas, atendendo ao fosso que existe entre esses dois estados, somente inferível pelos intervenientes no processo comunicativo. Efectivamente, as dimensões do falar da enunciação/sobre a enunciação – dimensões essas frequentemente implícitas e ligadas a amplificações e/ou a transformações daquilo que é dito¹ – constituem elementos determinantes no cálculo do falar do mundo/sobre o mundo dos objectos e dos estados de coisas (J. Fonseca, 1994: 78), uma vez que é pelo modo estratégico como se mobilizam as diversas operações enunciativas, mais do que pelo seu estrito conteúdo proposicional, que um enunciado *diz* alguma coisa a alguém.

Não falamos, por conseguinte, sempre de forma necessariamente explícita ou directa, mas, partilhando com o nosso receptor/alocutário uma determinada "competência enciclopédica", esperamos que, a partir daquilo que dizemos – e que, quantas vezes subtilmente, prometemos, implicamos, subentendemos, entredizemos, insinuamos... –, ele tenha a capacidade para inferir² um determinado estado de coisas que julgamos pertinente comunicar-lhe, ainda que essa avaliação da nossa intencionalidade, por razões ligadas aos riscos da explicitação³, deva permanecer, mais ou menos, camuflada, dependente, em grande medida, dos aspectos funcionais e psicológicos da percepção da interacção.

Neste sentido, quer o entredito quer o não-dito, apesar de envolverem custos mais elevados no processamento da informação – embora com a expectativa potencial de uma maximização dos seus efeitos contextuais –, constituem, a par do dizer, formas legítimas e usuais de comunicação capazes de contribuir para a modificação / alteração de uma determinada experiência individual e/ou social.

Ora, a teoria dos actos de linguagem (“speech act theory”) – actualmente considerada um marco de referência nos estudos linguísticos, pela contribuição que tem dado para o debate acerca do problema do significado – comporta reais limitações quando confrontada com enunciados que, concretizando usos oblíquos, implícitos ou indirectos da linguagem, de forma ostensiva, derrogam uma utilização intencional-accional da língua. De facto, apesar de ultrapassar numerosas inconsistências de uma linguística exclusivamente centrada na “langue” (cf. a rejeição da concepção da língua como mero sistema abstracto de representações, visível na importância concedida ao uso), esta teoria – desenvolvida fundamentalmente por J. Searle (1987 e 1989), na esteira dos trabalhos de H. P. Grice e de J. Austin (1970) – continua a apropriar-se de pressupostos e de instrumentos conceptuais fornecidos por essa tradição com a qual pretendia ter tão pouco a haver.

Com efeito, venerando o meta-princípio da cooperação e as respectivas máximas conversacionais⁴ (Grice, 1975 e 1978), esta teoria continua a conceber a linguagem como uma entidade plenamente ordeira, transparente e susceptível de ordenação, de tal modo que, graças ao “princípio da expressabilidade” (Searle, 1987: 19), todos os actos de linguagem – inclusivamente os indirectos (Searle, 1989: 71-100) –, podendo ser parafraseados/traduzidos por enunciados literais completos e equivalentes (capazes de inequivocamente determinar os actos realizados pelos enunciados não literais, ambíguos ou indirectos), são considerados acções intencionais e deliberadas, no sentido em que suscitam/tornam visível uma relação necessária ou, pelo menos, postulável entre dizer (“saying”) e querer dizer (“meaning”), que orientaria/comandaria todo o enunciado.

Neste sentido, apesar de ter por objecto o uso, a necessidade de explicitar e de sistematizar aquilo que se pretende dizer quando se diz algo, levam-na a remeter para o âmbito da suspeição todos os usos que, de certa forma, possam perturbar esse projecto de, por um discurso totalizador e abrangente, fundar uma teoria geral e coerente da linguagem. De facto, através da constituição de uma tipologia completa e exaustiva dos actos de linguagem – formulando, inclusivamente, um conjunto de condições necessárias e de condições suficientes para as suas realizações (Searle, 1987) –, procura-se, em última instância, identificar um padrão capaz de possibilitar a extracção de um conjunto de regras para o emprego/explicação da expressão em geral. Aspirando *codificar* os usos (do mesmo modo que a semântica tradicional codificava os significados⁵), formalizando-os numa precisa lógica ilocucionária, tal objectivo leva a que dicotomicamente se postule a existência de empregos *normais* – também denominados de comunicação linguística *séria* ou *inteligível* –, rejeitando, ignorando ou excluindo – porquanto não essenciais (Searle, 1987: 20), na medida em que escandalosa-

mente transgressores de uma concepção transportacionista da linguagem (Sik Ng & James Bradac, 1993: 1) – , todos os casos-fronteira, marginais e/ou irregulares, isto é, aqueles em que o falante não diz exactamente o que quer dizer (cf. as condições inadequadas ao seu uso feliz, associadas a usos não vulgares, não sérios ou parasitários da linguagem considerada estandardizada)⁶.

Postulando, por conseguinte, *a priori* a existência de um contexto idealizado, sem mentiras, fingimentos ou intenções de ludibriar, a teoria dos actos de linguagem supõe uma utilização, de certo modo, ingénua ou demasiado idealizada da linguagem: aquela em que o falante, obedecendo escrupulosamente às máximas cooperativas de Grice – isto é, falando sempre directa e literalmente – , não quer dizer nem mais, nem menos do que aquilo que as palavras que diz significam (ou que, por determinadas regras, se convencionou significarem), assimilando esta situação discursiva ao emprego usual ou corrente da linguagem (“standard meaning”) e omitindo o facto de que, quando perspectivada do ponto de vista da recepção/compreensão, a intenção informativa de um comportamento ostensivo pode ser realizada sem que o alocutário/interlocutor esteja plenamente consciente da intenção comunicativa do(s) enunciado(s) proferido(s). Ora, esta possibilidade – real – de ausência de uma intencionalidade assinalada (Sperber & Wilson, 1989) na actualidade do enunciado interdiz/impede, como assinala Jacques Derrida (s/d : 429), qualquer saturação do contexto.

Daqui decorre, pois, a necessidade de ou abandonar concepções dicotómicas e binárias dos modos de pensar ou recusar projectos que busquem, por um discurso abrangente e totalizador, fundar teorias gerais da linguagem, sob pena de, permanecendo a ciência linguística sempre e tão somente uma utopia, sermos conduzidos a situações aporéticas de difícil solução. De facto, os princípios organizativos desses usos oblíquos, indirectos ou implícitos, embora não facilmente codificáveis – pelo menos, no tipo de estrutura privilegiada por Searle –, fertilizam a linguagem com uma capacidade de criatividade bem maior que a permitida por essa lógica ilocucionária. Neste sentido, se a teoria dos actos de linguagem comporta reais limitações quando se depara com enunciados que derrogam uma utilização accional-intencional da língua, ela sugere, pelo menos implicitamente, a necessidade e a possibilidade de um outro tipo de análise pragmática.

NOTAS

¹ Cf. o que acontece, por exemplo, nos casos marcados de citação implícita como aqueles que recorrem as figuras da distância enunciativa, como a ironia ou a paródia (Joaquim Fonseca, 1994 : 80).

² Catherine Kerbrat-Orecchioni (1986: 21 - 24) refere que o exemplo clássico, apresentado por Oswald Ducrot / *Pedro deixou de fumar* / permite realizar uma série de operações interpretativas: com base na sua competência linguística, o falante infere que o sujeito referenciado na enunciação não fuma neste momento, mas que, num momento anterior, terá fumado; em função de circunstâncias de enunciação particulares e tendo por base uma determinada “competência enciclopédica”, o falante poderá, eventualmente, inferir que o sujeito referenciado na enunciação manifesta, neste momento, um comportamento diferente do seu alocutário / *ele não é como tu, que continuas a fumar* /. Neste

caso, dado que o suporte significativo específico se encontra elidido (modo de ancoragem indirecta) – ao contrário das inferências anteriores, em que o enunciado possuía, na sua superfície textual, o suporte significativo específico (modo de ancoragem directa) –, torna-se necessário ao falante recorrer a informações contextuais, para além das que o conhecimento da língua lhe proporciona. Assim, para realizar estas operações interpretativas é fundamental conhecer não só as atitudes do locutor face ao tabaco e a sua relação com o alocutário, como também possuir informações contextuais acerca do alocutário (se ele fuma(va), se ele gostaria de deixar de fumar, etc).

- ³ Com efeito, atendendo a que tudo aquilo que é dito pode, em princípio, ser contradito, o recurso ao implícito permite *dizer* determinado estado de coisas – cf. o “laisser entendre” e o “donner à entendre” de que fala François Recanati (1981 : 146-149) – e, ao mesmo tempo, *agir* como se esse estado de coisas nunca tivesse sido proferido, visto que a responsabilidade dessa significação implícita pode, se necessário, atribuir-se ao receptor/alocutário, o qual, a partir da interpretação literal, tirará, por sua conta e risco, as possíveis consequências.
- ⁴ Cf. os pressupostos de que, num processo de interacção, cada falante faz com que a sua intervenção seja adequadamente comunicativa, isto é, que respeite os princípios de quantidade (não contendo nem mais nem menos do que as informações requeridas), qualidade (não seja falsa nem fale de coisas de que não há evidência ou provas adequadas), relação (seja relevante) e maneira (seja breve, clara e ordenada, evitando a obscuridade e a ambiguidade).
- ⁵ A crítica é de Marcelo Dascal (1994 : 329).
- ⁶ Note-se que, como assinala Jacques Derrida (s/d : 424), este valor de risco – sempre presente, como já tivemos a oportunidade de constatar – nunca é interrogado como predicado essencial ou como lei inerente ao sistema.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. Langshaw (1970) - *Quand dire c'est faire*. Introduction, traduction et commentaire par Gilles Lane, Paris, Seuil. © (1962) - *How to do things with words*, Oxford, Oxford University Press.
- BACH, Kent (1994) - “Semantic slack: what is said and more”, Savas L. Tsohatzidis (Ed.) - *Foundations of speech act theory. Philosophical and linguistic perspectives*, London and New York, Routledge, p. 267-291.
- DASCAL, Marcelo (1994) - “Speech act theory and Gricean pragmatics: some differences of detail that make a difference”, Savas L. Tsohatzidis (Ed.) - *Foundations of speech act theory. Philosophical and linguistic perspectives*, London and New York, Routledge, p. 323-334.
- DERRIDA, Jacques (s/d) - *Margens da filosofia*, Porto, Rés-Editora. © *Marges de la philosophie*, Paris, Minuit.
- FONSECA, Joaquim (1994) - *Pragmática linguística. Introdução, teoria e descrição do Português*, Porto, Porto Editora.
- GRICE, H. Paul (1975) - “Logic and conversation”, P. Cole and J. Morgan (Eds) - *Syntax and semantics - vol. 3: speech acts*, New York-London, Academic Press, p. 41-58.
- (1978) - “Further notes on logic and conversation”, P. Cole and J. Morgan (Eds) - *Syntax and semantics - vol. 9: pragmatics*, New York-London, Academic Press, p. 113-127.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1986) - *L'implicite*, Paris, Armand Colin.
- NG, Sik Hung & BRADAC, James J. (1993) - *Power in language. Verbal communication and social influence*, Newbury Park - London - New Delhi, Sage Publications.
- RECANATI, François (1981) - *Les énoncés performatifs. Contribution à la pragmatique*, Paris, Minuit.
- SEARLE, John (1987) - *Speech acts. An essay in the philosophy of language*, Cambridge, Cambridge University Press. © (1969).
- (1989) - *Sens et expression. Études de théorie des actes de langage*. Traduction et préface par Joëlle Proust, Paris, Minuit. © (1979) *Expression and meaning*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SPERBER, Dan & Wilson, Deirdre (1989) - *La pertinence. Communication et cognition*, Paris, Les Éditions de Minuit. © (1986) *Relevance. Communication and cognition*.